

O direito a um futuro

Panorama geral do Relatório Social Watch 2012

Roberto Bissio

Secretariado Internacional do Social Watch

A Assembleia Geral das Nações Unidas convocou uma reunião de cúpula a ser realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro, Brasil, cidade que há 20 anos sediou a histórica Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Também conhecida como Cúpula da Terra e Eco92, a conferência do Rio 1992 consagrou a noção de desenvolvimento sustentável e aprovou as convenções internacionais sobre mudança climática, desertificação e biodiversidade.

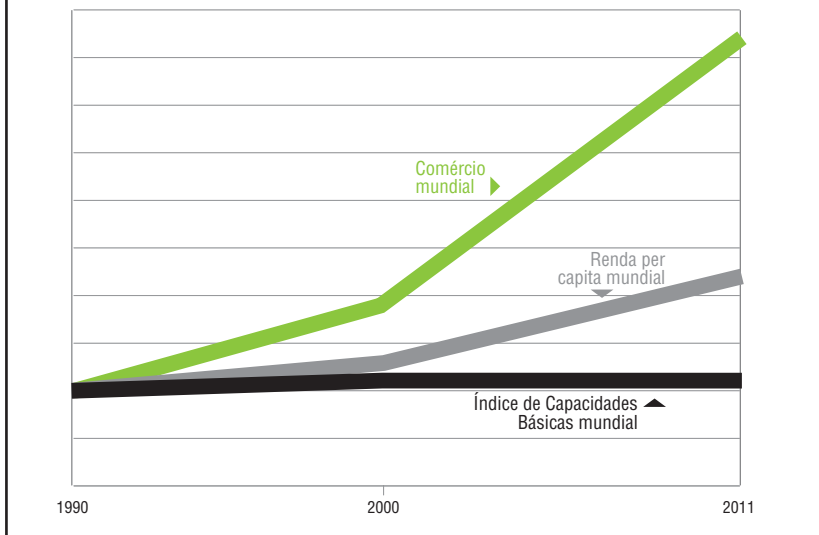
“Desenvolvimento Sustentável” foi então definido pela Comissão Brundtland¹ como um conjunto de políticas que “satisfazem às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem às suas próprias necessidades”, o que comumente se entende por satisfazer as necessidades da esfera social (erradicando a pobreza), permitindo que a economia cresça respeitando o ambiente.

A Rio-92 não forneceu uma definição precisa do que seriam essas “necessidades do presente”, mas, posteriormente, na série de Conferências da ONU na década de 1990, foram definidos vários compromissos sociais, entre eles o de erradicação da pobreza e de alcançar a igualdade de gêneros e foram identificados vários indicadores e metas. Cada país deveria decidir sobre as políticas que lhes permitiriam alcançar essas metas e objetivos universalmente consensuados. Contudo, com o colapso do Pacto de Varsóvia e a desintegração da União Soviética, parecia haver um consenso generalizado de que o livre comércio e a liberalização econômica seriam o caminho a se seguir.

Assim, a Organização Mundial do Comércio, criada em 1995, anunciou em sua homepage que “a abertura dos mercados nacionais ao comércio internacional (...) encorajará e contribuirá para o desenvolvimento sustentável, para aumentar o bem-estar social, reduzirá a pobreza e promoverá a paz e a estabilidade.” Do mesmo modo, o primeiro artigo dos Estatutos Constitutivos do Banco Mundial, emendado em 1989, estabelece como objetivo primordial “Promover o desenvolvimento equilibrado em longo prazo do comércio internacional e a manutenção do equilíbrio das balanças de pagamentos, encorajando os investimentos internacionais e visando ao desenvolvimento dos recursos produtivos dos membros, e auxiliar, desta forma, o aumento da produtividade,

FIGURA 1

Comércio, renda e capacidades básicas



a elevação do nível de vida e a melhoria das condições de trabalho nos seus territórios.”².

Essas duas poderosas instituições internacionais têm moldado as políticas econômicas dos países em desenvolvimento nas últimas duas décadas, através de suas regras de comércio internacional e através de condicionantes para empréstimos impostas às economias endividadas. Claramente, ambas concordam que o comércio e o crescimento econômico são os principais objetivos de suas políticas e a mais importante contribuição para o desenvolvimento sustentável de seus países membros.

E elas alcançaram esses objetivos: o total de exportações mundiais quase quintuplicou em 20 anos, subindo de um valor de 781 bilhões de dólares em 1990 para 3,7 trilhões em 2010. Durante o mesmo período, a renda do habitante médio do mundo mais do que dobrou, passando de 4.000 dólares ao ano em 1990 para 9.120 em 2010.

O déficit de dignidade

Esses indicadores sugerem uma abundância mundial de recursos, que seriam suficientes para satisfazer as necessidades essenciais de todos os seus sete bilhões de habitantes. Contudo, muitos desses habitantes ainda padecem de fome. De acordo com o relatório da Organização para Agricultura e Alimentação (FAO) de 2010, 850 milhões de pessoas no mun-

do são subnutridas, e esse número está crescendo devido ao aumento dos preços dos alimentos.

Com o intuito de monitorar as tendências mundiais de privação, o Social Watch desenvolveu o Índice de Capacidades Básicas³, que combina as taxas de mortalidade infantil, o número de nascimentos assistidos por pessoal capacitado e taxa de matriculados em ensino fundamental. Juntos esses indicadores de bem-estar básico fornecem os elementos do que deveria ser considerado como um “piso social mínimo”. Somados, deveriam alcançar 100%, o que significaria que nenhuma criança estaria fora da escola, nenhuma mulher daria à luz sem assistência e nenhum bebê nascido vivo, ou no mínimo menos do que 1% dos que nascessem vivos, morreria antes de completar cinco anos, já que a principal causa das mortes evitáveis é a pobreza e a desnutrição.

Os indicadores computados no ICB são parte das metas acordadas internacionalmente e refletem o piso social mínimo que deveria ser alcançado. Abaixo disso, o que há é um déficit de dignidade. Dignidade para todos é o que o Capítulo das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos tinham por objetivo e o que os líderes mundiais se comprometeram a alcançar na Declaração do Milênio.

Mas o mundo está longe de alcançar essas metas. O ICB moveu-se apenas sete pontos para cima entre 1990 e 2010, um progresso pífio. E du-

1 A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida pelo nome de sua presidente, a ex-Primeira Ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, emitiu o relatório, cujo título em português é *Nosso Futuro Comum*, que serviu de inspiração para as deliberações da Cúpula da Terra. .

2 BRD Articles of Agreement, 16 February 1989 <site/resources.worldbank.org/EXTABOUTUS/Resources/ibrd-articlessofagreement.pdf>.

3 Leia mais sobre o Índice de Capacidades Básicas nas páginas 23-26 deste relatório.

rante esse período, o progresso foi maior na primeira década do que na segunda – aumentando mais de quatro pontos percentuais entre 1990 e 2000 e meros três pontos entre 2000 e 2010. O oposto do que se vê para o comércio e a renda, ambos com crescimento maior depois do ano 2000 do que na década anterior (veja figura). É surpreendente que o progresso nos indicadores sociais tenha desacelerado depois da virada do século, apesar da estabilidade do crescimento da economia global e do compromisso internacional em acelerar o progresso social e alcançar as Metas do Milênio. E essa situação só tende a piorar, já que os países mais desenvolvidos estão enfrentando uma crise financeira e econômica que tem se espalhado por todo o mundo. Políticas de austeridade fiscal que cortam os gastos de programas sociais começaram a ser implementadas em países afetados pela dívida e agora se espalham até mesmo por países que não sofrem de problemas de dívida ou déficit fiscal. De acordo com um estudo conduzido pela divisão de Políticas e Práticas da UNICEF, órgão da ONU para a infância, dos 128 países em desenvolvimento pesquisados, mais de 90 estavam introduzindo medidas de austeridade no setor social em 2011 ou planejavam fazê-lo em 2012. Em ao menos um quarto deles a contratação era considerada “excessiva”, o que significa que os gastos estavam sendo cortados abaixo dos níveis pré-crise. Isso terá um impacto direto no bem-estar de crianças e de suas famílias.

A razão óbvia e ululante para o mau desempenho dos indicadores sociais, mesmo quando a economia mostra uma tendência positiva, é a crescente desigualdade em cada país e entre os países. De acordo com a edição de setembro de 2011 da “Finance and Development”, publicação do Fundo Monetário Internacional, “em 2010, a renda real per capita nos Estados Unidos era 65 por cento acima do nível da década de 1980 e no Reino Unido, 77 por cento mais alta. Durante o mesmo período, a desigualdade nos Estados Unidos aumentou de 35 para 40 pontos Gini ou mais e no Reino Unido, de 30 para 37 pontos Gini. Esses aumentos refletem os movimentos significativamente adversos à distribuição de renda. No geral, entre meados da década de 1980 e meados da de 2000, a desigualdade cresceu em 16 dos 20 países mais ricos da OCDE”. O coeficiente de Gini é a medida mais usada de desigualdade e varia de 0, quando todos têm a mesma renda, a 1 quando um único indivíduo detém toda a riqueza de uma sociedade. O Brasil é um dos poucos países onde a desigualdade diminuiu na última década passando de mais de 60 para quase 55. O mundo como um todo é mais desigual do que qualquer país isoladamente, com um valor de Gini de cerca de 70.

Portanto, números robustos comprovam que a prosperidade não “se espalha naturalmente.” Costumava-se acreditar que uma economia pujante beneficiaria o pobre, como a maré alta que levanta a todos os barcos, grandes ou pequenos, ou que é preciso primeiro deixar o bolo crescer para depois reparti-lo, mas as tendências em termos de indicadores de progresso social parecem

apontar para o outro lado. E é isso também o que relatam muitos membros da rede Social Watch em todo o mundo.

Crescimento a qualquer preço

O crescimento econômico é uma prioridade para todos os governos. Alguns identificam o crescimento como a principal prioridade política porque este tem sido muito lento ou até mesmo decresceu durante a crise financeira mundial que começou em 2008. Outros têm tido muito crescimento, inclusive uma série de países africanos como Zâmbia e Camarões, ajudados pelos preços crescentes das commodities. Contudo esse crescimento não tem beneficiado a maioria da população. Na Zâmbia e em Moçambique, assim como em países diversos como Armênia, Azerbaijão, Bolívia, Chile, Equador e Vietnã, o extrativismo é o principal motor do crescimento. Em um esforço para atrair investidores, estes são isentados das exigências de segurança e desempenho e o resultado tem sido a degradação ambiental sem benefícios sociais. A situação descrita no Vietnã se repete em países em todas as regiões: “O rápido crescimento econômico do país está impondo um tremendo desgaste ao meio ambiente natural, mas, apesar da legislação de proteção ambiental ser dura, sua implementação é débil.”

“Conforme aumenta a população, a economia e o processo de urbanização,” continua o relatório do Vietnã, “as principais ameaças ao meio ambiente são: a exploração excessiva das florestas, a perda de terras aráveis, poluição da água e do ar, erosão do solo devido ao uso não sustentável da terra, perda da biodiversidade – entre outros fatores – invasões a reservas nacionais e dano ambiental devido à mineração.”

O mesmo é verdade em outras partes. Na Tailândia, por exemplo, a busca incessante pelo crescimento econômico induziu a vida nas aldeias “a um movimento de distanciamento da economia de subsistência para um foco crescente na renda monetária.” Assim, os tailandeses agora enfrentam “os desafios da rápida degradação dos recursos marinhos e costeiros e as múltiplas consequências da urbanização e do desenvolvimento industrial e do turismo.”

E em Moçambique: “Os benefícios do crescimento econômico não alcançaram a quem mais precisa e os pobres se tornam cada vez mais pobres.”

Não é de surpreender que os integrantes da rede Watch estejam alarmados. Na Argentina, por exemplo, eles acham “paradoxal” promover-se o investimento “a qualquer preço” para assegurar o crescimento, ao mesmo tempo em que se aprovam políticas de proteção ambiental. Na Finlândia eles vão mais longe e sugerem “já está na hora de ter uma discussão aberta sobre as questões fundamentais do bem-estar, igualdade e desenvolvimento, inclusive sobre a renúncia a busca sem fim por crescimento material.”

A desigualdade é a razão pela qual, contra todas as teorias e modelos, a pobreza não está recuando, ou se está o faz muito lentamente, mesmo em países onde a economia cresce a passos acelerados. Ao dar

cada vez mais direitos às corporações sem lhes dar as obrigações correspondentes, a globalização exacerbou as desigualdades entre e dentro das nações.

A desigualdade é a preocupação predominante nos relatórios da Hungria e da República Dominicana, mas o tema aparece na maioria das contribuições nacionais ao relatório global Social Watch 2012. Nos países ricos como os pobres, apenas uma pequena minoria beneficiou-se do excelente desempenho econômico do mundo até a crise financeira de 2008. E então, pede-se àqueles que não se beneficiaram do boom que paguem pela recuperação dos bancos nos países mais ricos do mundo, porque estes se tornaram “grandes demais para falharem.”

Não é de surpreender que a crise econômica e seus custos sociais e ambientais sejam a principal questão na maioria dos relatórios europeus, principalmente os da República Tcheca, Polônia e Eslovênia.

O crescimento econômico requer energia, e energia está no cerne de muitos dos problemas denunciados pelas alianças nacionais do Social Watch neste relatório. A extração de petróleo é facilmente relacionada à poluição, mas fontes de energia supostamente “mais limpas” como as usinas hidroelétricas mostram-se problemáticas em vários depoimentos.

Na Malásia, onde a meta nacional oficial é alcançar o status de país desenvolvido em 2020, toda uma área de floresta tropical úmida está sendo inundada e pelo menos 15 comunidades realocadas para construir uma enorme represa para gerar energia hidrelétrica. Isso é considerado insustentável e “irresponsável” pelos membros do Watch malaio, que alertam para “a perda de espécies endêmicas, aumento do descontentamento social e ameaças ambientais.” No Brasil e no México há megaprojetos de hidrelétricas em planejamento ou em construção. Em Camarões os projetos das represas de Lom e de Pangar desalojarão milhares de pessoas e destruirão um dos ecossistemas mais ricos do mundo.

Os biocombustíveis, frequentemente rotulados como “verdes”, são a principal causa de distúrbio ambiental na Colômbia, onde o apoio do governo ao agronegócio baseado em monocultura (que fornece insumos para os biocombustíveis) está causando o deslocamento de populações inteiras de pequenos produtores rurais. Como se isso não bastasse, o motivo disso tudo nem sequer é a demanda interna, mas sim a dos Estados Unidos, subsidiada por empréstimos de bancos multilaterais de desenvolvimento.

Na Guatemala a monocultura é a cana-de-açúcar, que é também um dos principais insumos para biocombustíveis, e seu cultivo industrial também tem levado ao deslocamento de populações, violações dos direitos humanos e desflorestamento.

Na Nicarágua o culpado é o café. O país depende de suas exportações para obter divisas e a expansão da cultura está esgotando a fertilidade do solo, poluindo os recursos hídricos e promovendo o desflorestamento, à medida que os camponeses são expulsos de suas terras tradicionais.

No Sri Lanka o desmatamento é outra consequência do conflito armado e na República Centro-Africana registrou-se a perda de 30.000 hectares de

floreta tropical primária devido à pressão dos fazendeiros, o que resultou em secas nas regiões norte, nordeste e leste do país, conhecidas no passado por sua produção agrícola.

A desertificação aparece repetidas vezes nos relatórios como um problema crucial, sobretudo na África. Na Nigéria “perdem-se quase 350.000 hectares de terras agriculturáveis anualmente para o deserto que avança como resultado das secas e por excesso das atividades humanas de exploração, pastagem, desmatamento e má irrigação,” práticas resultantes das condições sócio-econômicas extremamente duras às quais a população está submetida.

A mudança climática é também a causa de desastres no sentido oposto, ou seja, as inundações catastróficas que devastaram a América Central em 2011 e o Benim em 2008 e 2010, nos quais as lavouras foram destruídas e surtos de cólera, meningite e febre amarela foram registrados.

Em Gana, o impacto da mudança climática é relatado pelos membros do Social Watch local como: “aumento das temperaturas, redução ou aumento da pluviosidade sazonal, mudança nos padrões de pluviosidade, inundações, borrascas, ondas de maré e elevação do nível do mar causando inundações e erosão costeira. O resultado é a redução da segurança alimentar, aumento da transmissão de doenças disseminadas pela água e outros vetores, perdas econômicas significativas devido às crises meteorológicas e ao deslocamento das populações.”

Até mesmo governos que têm sido pioneiros em reconhecer o problema, vêm dificuldades em manter políticas coerentes. A Bolívia, país que lidera a luta contra a mudança climática entre os países em desenvolvimento, apoia-se fortemente na produção de petróleo e gás para financiar suas estratégias contra a pobreza. Na Alemanha, como parte das estratégias para conter a crise financeira européia, estão sendo reduzidos os subsídios para energia solar e o item para compensação econômica de países afetados pelas mudanças climáticas foi retirado da previsão orçamentária de 2011.

Carbono e espaço

Um dos países mais gravemente afetados pelas mudanças climáticas é Bangladesh, onde o nível de precipitação e inundações já está causando falta de alimentos e milhões de pessoas correm o risco de se tornarem “refugiados do clima.”

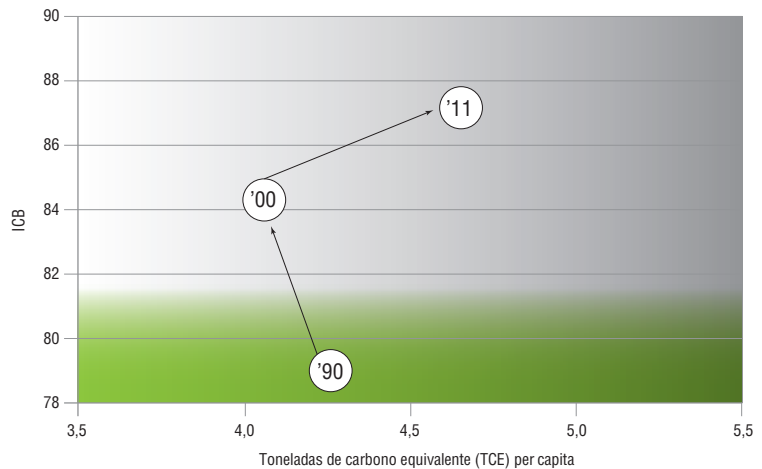
Paradoxalmente, Bangladesh é um dos países que menos contribuiu para aumentar o problema, já que suas emissões de carbono per capita estão entre as mais baixas do mundo.

O gráfico nas páginas 24 e 25 mostra precisamente a classificação dos países por emissões de CO₂ de combustíveis fósseis, no eixo das abscissas, e seu Índice de Capacidades Básicas, no eixo das ordenadas.

O gráfico mostra ainda que enquanto 50% das emissões de carbono são geradas por 13% da população, 45 países com uma população total de 1,2 bilhões de pessoas conseguiram alcançar indicadores sociais melhores que a média mundial

FIGURA 2

Média mundial de emissões de CO₂ procedentes de combustíveis fósseis e o Índice de Capacidades Básicas



com emissões de CO₂ de combustíveis fósseis per capita abaixo da média mundial. E nenhum deles é rotulado como “país de alta renda”. Ainda assim, nenhum dos membros desse chamado grupo “limpo e virtuoso” tem o reconhecimento ou compensação por esta conquista. Muito pelo contrário, de forma semelhante a outros países de renda média e àqueles considerados “menos desenvolvidos”, frequentemente vêem seu espaço para escolhas de políticas internas para alcançar o desenvolvimento sustentável pressionado pelas demandas, condicionantes e imposições externas que os forçam a tomar medidas como o corte de impostos e de gastos em serviços sociais.

O gráfico também mostra que não há correlação direta entre um maior progresso em indicadores sociais e emissões de CO₂. Com emissões anuais de gás carbônico de três toneladas per capita, a Costa Rica e o Uruguai conseguiram reduzir a taxa de mortalidade infantil para o mesmo nível de um país que emite 20 toneladas ao ano: os Estados Unidos. Por outro lado, com o mesmo nível de emissões da Noruega, a África do Sul tem indicadores semelhantes aos da Indonésia, que consome cinco vezes menos combustíveis fósseis.

Entre 1990 e 2000, o índice de capacidades básicas mundial melhorou em cinco pontos (de 79 para 84), enquanto as emissões mundiais de CO₂ de combustível fóssil per capita na verdade diminuiu de 4,3 para 4,1 toneladas de carvão equivalente (tce). Na primeira década do século XXI, os indicadores sociais subiram apenas três pontos na média global, enquanto as emissões mundiais de CO₂ subiram para 4,6 toneladas per capita.

A quantidade global de gases de efeito estufa, que causam o aquecimento, na atmosfera alcançou um pico recorde em 2010 e a taxa de aumento tem acelerado, segundo relatos da Organização Meteorológica Mundial. Os cientistas atribuem o aumento

contínuo nos níveis de gás carbônico, que é responsável por dois terços do aquecimento global, à queima de combustíveis fósseis, ao desmatamento e às mudanças no uso do solo.

Países com emissões de CO₂ muito abaixo da média mundial e com baixa classificação nos indicadores sociais argumentam que precisam certo “espaço” para mais emissões para assegurar uma melhora no bem-estar de suas populações. Esse argumento é válido, principalmente porque os países da OCDE já usaram muito mais do que a parcela justa de “espaço atmosférico” para suas emissões. Contudo, evidências empíricas mostram que alguns países têm conseguido alcançar os indicadores sociais em níveis compatíveis com a média dos países da OCDE com menos da metade da média das emissões mundiais. Os membros da OCDE, por outro lado, não apenas consomem muito mais do que a média mundial, mas historicamente contribuíram para acúmulo de gases de efeito estufa e, portanto, usaram sua parcela do espaço atmosférico.

Se a satisfação dos níveis básicos de dignidade para gozar dos direitos econômicos, sociais e culturais não é incompatível com a sustentabilidade e pode ser alcançada com os recursos existentes, não fazê-lo não é apenas uma falta ética, mas também uma ameaça ao sistema global, que cada vez mais é visto como injusto e projetado para criar mais desigualdades, e, portanto, ilegítimo.

Direitos como base do desenvolvimento sustentável

Quando os direitos civis e políticos básicos estão ausentes, a sociedade civil é incapaz de se organizar de forma pacífica, as pessoas não têm sua voz ouvida e a qualidade das políticas governamentais é afetada. Na Eritreia, “o inferno africano”, e na Birmânia, é evidente a necessidade de governança como um pré-requisito, enquanto na Palestina é inegável a

impossibilidade de se ter desenvolvimento enquanto perdurar a ocupação estrangeira e no lêmén é evidente que “*pouco se pode alcançar em direção ao desenvolvimento sustentável enquanto o país permanecer à beira da guerra civil enfrentando a fome e a catástrofe social.*”

Apesar de tudo, a sociedade civil demonstra uma resistência e criatividade impressionantes quando tem uma oportunidade, por menor que seja. No Iraque as manifestações que sacudiram o país em fevereiro de 2011, clamando pela eliminação da pobreza, do desemprego e da corrupção ilustram o novo papel que os cidadãos iraquianos começam a assumir na sociedade onde a participação democrática era antes fortemente reprimida ou silenciada. Embora ainda esteja em meio a um retrocesso de insegurança e altamente deficiente em termos de liberdades civis, as organizações da sociedade civil estão crescendo e desempenhando um papel cada vez mais importante no desenvolvimento da nação, aliando-se ao levante democrático regional da “primavera árabe”.

No Quênia, após anos de luta por uma soberania e cidadania plenas, o povo finalmente conseguiu negociar uma Constituição sem precedentes em 2010. Seu foco nos direitos básicos, participação e prestação de contas aos cidadãos fornece a base para definir um papel protagonista do Estado na construção de uma economia que cumpre a promessa de igualdade e direitos básicos sociais e econômicos. Em termos ambientais, a nova Constituição é também um avanço, uma vez que estabelece o direito de todo queniano a um ambiente limpo e são.

Também na Bolívia e no Equador os processos de reforma constitucional, apoiados por ampla maioria, reforçaram os direitos das populações indígenas e, ao invés de usar o termo “desenvolvimento sustentável” acham inspiração em suas próprias culturas e estabelecem em nível constitucional os direitos de *Pachamama* (Mãe Terra). Contudo, como deixam claro os membros do Social Watch, é preciso manter uma luta constante para proteger tais direitos de serem pilhados pela busca incessante por crescimento econômico.

Como recordam os membros da rede na Bulgária, a luta ambiental foi extremamente importante na luta por democracia daquele país. Agora, após anos de crescente apatia, mais e mais pessoas estão se envolvendo nas questões ambientais. A introdução de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no mercado e várias fraudes na implementação do programa NATURA 2000 para a conservação de áreas naturais tornaram-se duas das principais questões no debate político e mobilização de cidadãos. Na Itália, apesar do desenvolvimento sustentável jamais ter feito parte da agenda do governo Berlusconi, plebiscitos bem sucedidos promovidos pela sociedade civil (contra a energia nuclear, contra a privatização forçada da água e outros serviços públicos e contra a imunidade parlamentar do Primeiro Ministro) levaram 27 milhões de italianos às urnas, e obtiveram sucesso em pressionar o país para uma direção mais sustentável.

Em alguns países, como Sérvia e El Salvador, organizações da sociedade civil são a voz que apoia as políticas de desenvolvimento sustentável, às quais contribuíram ativamente para formular através de

ECOLOGIA E ECONOMIA

Há duas ciências modernas cujos nomes têm origem na palavra grega *oikos* (casa). A *Ecologia*, ciência que estuda as relações que os seres vivos têm entre si e com o meio ambiente onde vivem, estabelece os limites acima dos quais certas atividades podem causar danos irreversíveis. E a *economia*, ciência que lida com as relações entre os recursos finitos e os desejos humanos infinitos. Em 1932 Lionel Robbins definiu a economia como “a ciência que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos.”

A novidade não é a noção de limites. A “novidade” – e a urgência – é que as atividades humanas chegaram ao limite global e, portanto, alcançar estratégias consensuadas globalmente é necessário.

consultas públicas. Mas não se pode ter o sucesso como favas contadas, tudo depende da “implementação, monitoramento e fiscalização, conscientização e garantia de apoio político”.

Desenvolvimento Sustentável: metas ou direitos?

Através do monitoramento dos esforços contra a pobreza e das estratégias de desenvolvimento nacional e internacionalmente, o Social Watch concluiu, como resumido acima, que os indicadores econômicos e os indicadores de bem-estar social não têm correlação. Urge, portanto, revisar as estratégias econômicas para alcançar um acordo internacional sobre metas de desenvolvimento sustentável e tornar os direitos humanos uma realidade para todos.

Na Rio-92, os líderes do mundo declararam que “a principal causa da deterioração contínua do ambiente no globo são os padrões de produção e consumo insustentáveis, em especial nos países industrializados. (...) agravando a pobreza e as desigualdades.” Isso é uma verdade hoje, como era em 1992.

Os bens públicos mundiais não podem ser fornecidos por um único estado agindo sozinho e esses bens incluem que a preservação das funções vitais da atmosfera e dos oceanos (ameaçadas pela mudança climática global) ou a confiabilidade e estabilidade do sistema financeiro global, indispensável para o comércio e desenvolvimento, mas ameaçados pela especulação desenfreada, a volatilidade das moedas e a as crises das dívidas. Não prover esses bens públicos impacta a vida de bilhões de pessoas em todo o mundo e ameaça o único bem público que inspirou a criação das Nações Unidas: a paz mundial.

Contudo, apesar das recomendações formuladas pela Cúpula da Terra para criar indicadores de desenvolvimento sustentável e todo o trabalho feito desde então, a comunidade internacional ainda carece de indicadores que meçam a sustentabilidade dos bens públicos globais sob seus cuidados.

O Relatório da Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi⁴ sugere claramente que os indicadores de bem-estar

e os indicadores de sustentabilidade têm naturezas diversas e os compara ao painel de um carro, com medidores separados para velocidade e para combustível. Um informa, indiretamente, o tempo necessário para chegar a um destino, o outro informa quanto de um recurso necessário está sendo consumido e que este pode atingir um limite antes de se chegar ao destino.

O marco dos direitos humanos estabelece metas claras para os indicadores de bem-estar. O direito a alimentos, saúde, educação impõem a obrigação de alcançar cobertura universal para todas as crianças na rede de ensino, redução da mortalidade para menos de 10 por mil nascidos vivos (já que a mortalidade acima dessa cifra está relacionada à desnutrição e à pobreza), assistência universal a todos os partos por pessoal capacitado, acesso universal a água potável e saneamento básico e até mesmo acesso universal a serviços de telefonia e internet.⁵ Basicamente todas as seis primeiras das Metas do Milênio podem ser entendidas como uma convocação para o cumprimento de direitos já existentes de acordo como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESCs). E os direitos humanos demandam outras metas que não estão incluídas nas MDM, como o direito a seguridade social (artigo 22 da Declaração Universal), agora reconhecido como a base para o “piso social mínimo”.

O discurso do desenvolvimento nacional e internacional não deve priorizar algumas metas em detrimento de outras. De acordo com o Pacto sobre os DESCs, a realização desses direitos é responsabilidade dos governos “individualmente e através de assistência e cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, até o máximo dos recursos disponíveis”. A priorização dos “máximos recursos disponíveis” também se aplica à assistência internacional. Para monitorar o uso efetivo dos máximos recursos disponíveis (inclusive os da cooperação

4 Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, (2009), <www.stiglitz-sen-fitoussi.fr>

5 Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: *Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão.*

internacional) é preciso fortalecer o mecanismo de Avaliação Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos. Além disso, o Protocolo Opcional para o Pacto dos DESCs deveria ser ratificado, para que os cidadãos pudessem reivindicar seus direitos em corte, e agências de desenvolvimento bilaterais e multilaterais têm que se responsabilizar por seus impactos nos direitos humanos.

Os indicadores de sustentabilidade, por outro lado, referem-se ao esgotamento de certos estoques ou ativos não-renováveis. Quando estes integram o patrimônio da humanidade são necessários acordos internacionais para assegurar a sustentabilidade. Diferentemente do bem-estar humano, que pode ser formulado em termos de metas, a sustentabilidade tem que ser abordada em termos de limites. Esses limites podem ser formulados como uma proibição absoluta de certas atividades, como, por exemplo, o banimento da caça a baleias ou da emissão de gases que causam a destruição do ozônio (Protocolo de Montreal) ou eles podem estabelecer quotas para garantir a não-destruição, às quais se pode atribuir atores econômicos através de diferentes mecanismos mercadológicos e não mercadológicos respeitando os princípios de equidade e solidariedade.

Ainda há muito trabalho a ser feito internacionalmente na indústria da pesca, por exemplo, para evitar um esgotamento maior do estoque de espécies vitais para a alimentação de milhões de pessoas. Mas, acima de tudo, é preciso um acordo ambicioso sobre um segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto que limite o aumento da temperatura para bem menos que 1,5° para evitar uma mudança climática catastrófica e assegurar um compartilhamento justo e equitativo das reduções drásticas de emissões, em conformidade com as responsabilidades comuns, mas diferenciadas e responsabilidades história.

Qualquer formulação de “metas de desenvolvimento sustentável” que não inclua metas adequadas sobre a mudança climática ou que não aborde os aspectos dos direitos humanos e simultaneamente os aspectos da sustentabilidade e de forma equilibrada, corre o risco jogar por terra a agenda de desenvolvimento sustentável sem nenhum ganho compensatório.

Ao invés de estabelecer novas metas, o necessário é um sistema de fiscalização e responsabilização

que possa realmente forçar todos os governos, de norte a sul, sujeito a revisão das metas internamente e simultaneamente crie um direito a apoio quando as obrigações internas tiverem sido cumpridas, mas os recursos disponíveis continuem insuficientes.

O princípio de “tratamento especial e diferenciado” para países em desenvolvimento consagrado nos acordos das OMC está lá pela mesma lógica, mas na prática esse princípio é raramente aplicado. A noção de “responsabilidade histórica”, mencionada no preâmbulo da Convenção Marco da ONU sobre Mudança Climática vai um passo mais além.

No atual sistema de comércio internacional, quando um país não cumpre com suas obrigações, o país afetado não pode impor uma mudança de tarifas ou subsídios ao ofensor (já que isso violaria a soberania), mas lhe é permitido impor uma retaliação até os níveis determinados por um painel de arbitragem. Pode-se imaginar uma construção semelhante onde o país que for incapaz de obter da “assistência e cooperação internacional” os recursos adicionais necessários para satisfazer suas obrigações para com os direitos humanos pudesse obter isenções no seu comércio e obrigação de investimentos no nível necessário, por exemplo, através do aumento de tarifas alfandegárias, além do que normalmente seria permitido pelos acordos da OMC, impondo obrigações adicionais para investidores estrangeiros sem ter o risco de ser processado sob esses acordos de investimento, através do adiamento de pagamentos de dívidas, ou qualquer outra medida que o governo afetado julgasse necessária. Essas fórmulas de arbitragem não diferem completamente das propostas por países com dificuldades de pagamento de suas dívidas externas.

Na verdade, tal princípio já foi anunciado pelo ex-Secretário Geral da ONU Kofi Annan em 2005 em seu relatório “Em maior liberdade”, onde propôs que a sustentabilidade de uma dívida fosse definida como o nível de endividamento que permite a um país alcançar os MDMs até 2015 sem aumentar sua relação de endividamento.

Assistência técnica e financeira é apenas um aspecto das obrigações dos países desenvolvidos (e, na verdade, de todos os países, mesmo os de renda média, assim que alcançam um nível satisfatório de realização das obrigações de DESCs básicas). Os países têm também uma responsabilidade internacional coletiva de assegurar que a governança da

economia global seja consistente com os direitos humanos. O Camboja, por exemplo, recebe atualmente algo em torno de 700 milhões de dólares em AOD (Assistência Oficial para o Desenvolvimento) ao ano, mas acumulou reservas de 2,5 bilhões de dólares nos últimos anos, a maioria em Títulos do Tesouro estadunidense, ou seja, um país menos desenvolvido fazendo empréstimo a taxas menores que as do mercado a um dos países mais ricos do mundo.

Pode-se culpar o governo cambojano por desviar recursos preciosos dessa forma ao invés de usá-los em serviços sociais essenciais? Se por um lado isso é uma descrição da realidade, por outro essas reservas são necessárias como um lastro contra riscos ainda maiores derivados da especulação e volatilidade financeira. Os governos do G-7 e talvez até mesmo do G-20 são muito mais responsáveis por terem criado esses riscos através da liberação de fluxos financeiros e da desregulamentação do setor financeiro. Ao não cumprir com sua responsabilidade de criar um sistema financeiro global sustentável, os países mais poderosos não permitem que os governos dos países pobres usem os recursos disponíveis de forma apropriada.

É preciso estabelecer novos direitos e mecanismos institucionais visando à sustentabilidade. O Grupo de Reflexão da Sociedade Civil sobre desenvolvimento sustentável, composto por membros do Social Watch, Fundação Friedrich Ebert, Terre des Hommes, Third World Network, Dag Hammarskjöld Foundation, DAWN e o Global Policy Forum indicaram de forma incisiva o déficit nesse sentido e propõe o reconhecimento explícito dos direitos das gerações futuras, assim como mecanismos para defendê-los. (Veja páginas 9-16 deste relatório).

Este “direito ao futuro” é a tarefa mais urgente do presente. Trata-se da natureza, sem dúvida, mas também de nossos filhos e netos e sobre nossa própria dignidade, as expectativas de 99% dos sete bilhões de homens e mulheres, meninas e meninos do mundo a quem há duas décadas foi prometida a sustentabilidade e ao invés disso viram suas esperanças e aspirações convertidas em fichas de um cassino financeiro mundial além de seu controle.

Cidadãos de todo o mundo exigem uma mudança e este relatório é apenas mais uma forma de fazer com que suas vozes sejam ouvidas. A mensagem não pode ser mais clara: As pessoas têm direito a um futuro e o futuro começa agora. ■